

Política externa e desenvolvimento: a implantação da indústria siderúrgica no Brasil

Nathália Henrich¹

Introdução

O objetivo deste artigo é demonstrar que a política externa pode atuar como instrumento de promoção do desenvolvimento nacional, conforme foi o caso da implantação da indústria siderúrgica no Brasil. Este momento específico foi escolhido por apresentar as características mais marcantes do uso da política externa como ferramenta auxiliar da política doméstica. Neste caso, servindo para fomentar o projeto de desenvolvimento nacional levado a cabo pelo regime do Estado Novo (1937-1945), onde a industrialização – e conseqüentemente a indústria de base – possuíam papel fundamental. Um dos esforços deste trabalho encontra-se apoiado na expectativa de analisar como o Brasil procurou afinar sua situação interna e seu projeto de desenvolvimento com o cenário belicoso internacional da época.

O período histórico selecionado é o do Estado Novo, regime político autoritário implantado através de um golpe de Estado no país em 1937 e que se estende até 1945. Sua importância reside no fato deste regime permeado de ambigüidades ter definido a configuração da estratégia de inserção internacional do Brasil durante um bom tempo. É precisamente neste período que eclode a Segunda Guerra Mundial, com a invasão da Polônia pela Alemanha, em 1939. O que marca o início do projeto germânico de expansão, calcado no ideário nacionalista, personificado pelo Partido Nacional Socialista Alemão. Nesta ocasião, o Brasil declara sua neutralidade em relação ao conflito, a despeito de uma pretensa identificação do Estado Novo com os regimes nazi-fascistas europeus, expresso em discursos e medidas de afirmação do nacionalismo brasileiro.

Porém, apesar da impressão mais óbvia, que previa uma posição francamente pró-Eixo, o Brasil adotou uma postura classificada apropriadamente

¹ Doutoranda em Sociologia Política, PPGSP/UFSC. E-mail: nathaliah@gmail.com



por Gerson Moura (1980) como “eqüidistância pragmática”: tentou tirar o máximo proveito da disputa de poder entre os blocos, notadamente representados por Alemanha e Estados Unidos. A atitude de indefinição adotada trouxe benefícios econômico-comerciais ao país, mas não pôde ser sustentada indefinidamente. Uma série de fatores externos – e também internos, já que a pressão da opinião pública foi importante para acirrar as divisões já existentes na cúpula do governo com relação à posição a ser tomada – levou a um processo de alinhamento aos Estados Unidos em fins de 1941. A inserção hemisférica brasileira era neste momento uma prioridade e passou a ser levada a frente por meio de uma “aliança não escrita” com os Estados Unidos (na expressão tornada clássica por Burns, 2003). O alinhamento culminou com a opção pelo abandono da neutralidade e apoio aos países Aliados em agosto de 1942.

Considera-se, então, este momento específico como culminante de um processo de desenvolvimento de uma estratégia de atuação internacional do país frente a uma conjuntura global. Destaca-se neste item a hipótese levantada por Corsi (2000, p.16), que afirma ser a política externa do Estado Novo a primeira a pautar-se por um projeto nacional de desenvolvimento, dando ênfase para a busca de tecnologia e capital externos para fomentar a industrialização do país.

A política externa brasileira no período do Estado Novo adotou a postura de “eqüidistância pragmática”, refletindo sua intenção de auferir os melhores resultados econômicos possíveis do embate estabelecido entre os dois blocos de poder (Alemanha e Estados Unidos). Ficou evidente, neste sentido, a relação estreita entre a formulação e execução da política externa e a política interna do país. Não é possível, no entanto, afirmar categoricamente se o Brasil atuou como sujeito ou objeto da sua própria atuação internacional no período, pois esta se desenvolveu dentro de outro projeto nacional: o de consolidação do sistema de poder norte-americano no continente. Os ganhos materiais da indefinição brasileira foram mais palpáveis nas Forças Armadas, mas a nascente indústria brasileira também foi beneficiada pela implantação da siderurgia no país. Já no plano político, os benefícios não foram aqueles almejados. O Brasil não foi alçado ao patamar de ator geopolítico tão relevante quanto esperado. E mesmo seu relacionamento com os Estados Unidos não configurou-se como uma parceria

privilegiada, capaz de trazer o capital necessário para financiar completamente o desenvolvimento brasileiro , conforme o governo e parte do empresariado acreditou.

O contexto internacional

O ano de 1941 representou um momento importante dentro da Segunda Guerra Mundial, por representar realmente a mundialização do conflito, que passa a ser caracterizado como guerra total. Com a invasão alemã na URSS e a entrada dos Estados Unidos, a guerra vê seu palco ser estendido para a Ásia e para o Pacífico. Esta fase também é marcada pela supremacia do Eixo, embora aconteçam aí também as suas primeiras derrotas. (Vizentini, 1989). Assim, “a guerra, ainda basicamente européia, se tornara de fato global” (Hobsbawn, 2005, p. 47).

O ataque japonês a base norte-americana de Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941 representou um ponto de inflexão fundamental não apenas nos rumos que a guerra tomaria, como também para o papel que o Brasil desempenharia a partir de então. Não há total esclarecimento sobre tal episódio, mas a tese de que os EUA teriam permitido o ataque somente para obter uma justificativa legítima para entrar na guerra perante a opinião pública interna é problematizada na perspectiva de Hobsbawn, ao afirmar que, de fato, “a opinião pública americana encarava o Pacífico (ao contrário da Europa) como um campo normal para a ação dos EUA, mais ou menos como a América Latina”. Assim, estava claro que “o ‘isolacionismo’ americano pretendia manter-se fora apenas da Europa” (Hobsbawn, 2005, p.48).

Neste cenário de guerra verdadeiramente global, portanto, Hobsbawn (2005) traz o sentido mais profundo da estratégia adotada naquele momento pelas potências beligerantes, afirmando que:

as decisões de invadir a Rússia e declarar guerra aos EUA decidiram também o resultado da Segunda Guerra Mundial. Isso não pareceu imediatamente óbvio, pois o Eixo atingira o auge do seu sucesso em meados de 1942, e só perdeu inteiramente a iniciativa militar em 1943. (Idem, p.49)

É precisamente neste ínterim que o Brasil entra na guerra. O país havia se declarado neutro² em relação ao conflito quando da sua eclosão, em setembro de 1939. Porém, acatando a recomendação da resolução da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores Americanos, rompe relações comerciais e diplomáticas com o Eixo. A aprovação da recomendação não foi unânime, já que Argentina e Chile foram contra³.

Como retaliação, a partir de 15 de fevereiro do mesmo ano, iniciam os torpedeamentos de navios brasileiros pela marinha alemã. Os ataques ocorrem ao longo da costa brasileira e estendem-se pelo continente. No total, foram afundados 37 navios da marinha brasileira e dois barcos pesqueiros, no período de fevereiro de 1942 a julho de 1945. A pressão norte-americana pela entrada do Brasil na guerra cresceu após Pearl Harbor e diversas negociações paralelas foram acontecendo para tal fim. Houve, inclusive, um acordo político-militar secreto entre os dois países, em maio de 1942, para a criação de uma Comissão Mista e utilização das bases do Nordeste brasileiro como apoio para os Estados Unidos. Porém, o estado de beligerância com a Alemanha e a Itália só foi reconhecido pelo Brasil em 21 de agosto deste ano. Dez dias depois foi baixado o Decreto-Lei nº 10.358, declarando estado de guerra em todo o território brasileiro. (Vizentini, 1989; Seitenfus, 1982).

O abandono brasileiro da neutralidade e a entrada na guerra junto com os Aliados aconteceu não sem causar grande debate interno, em face do que parecia uma incongruência: o regime estadonovista autoritário e, portanto, pretensamente identificado com os regimes nazi-fascistas europeus, lutar ao lado das democracias liberais.

A política externa do Estado Novo

A implantação do Estado Novo teve boa acolhida em Berlim e Roma, já em Washington, houve uma apreensão inicial. Entretanto, logo a situação se inverteu,

² “O termo neutralidade serve para designar a condição jurídica em que, na comunidade internacional, se encontram os Estados que permanecem alheios a um conflito bélico existente entre dois ou mais Estados” (Bobbio; Matteucci, 1986, p.822).

³ Posteriormente, o Chile declara guerra à Alemanha e ao Japão em 20 de janeiro 1943 e a Argentina rompeu relações diplomáticas com o Eixo em 26 de janeiro de 1944.

pois a postura externa do Brasil não foi exatamente a que se esperava. Neste sentido, talvez a política externa seja o exemplo mais acabado de como existiam limites para a identificação do Estado Novo com os regimes fascistas europeus e de como é precipitado fazer a automática ligação entre os regimes. Na realidade o país não teve nenhuma ação externa que levasse a crer em um alinhamento direto às potências do Eixo. Ao contrário, o Brasil buscou manter uma postura que não se chocasse com os interesses dos EUA – e também não desagradasse a opinião pública interna – por exemplo, não assinando o Pacto anti-Komintern⁴ (Cervo; Bueno, 1992).

Assim, apesar da suspensão do pagamento da dívida externa, as relações Brasil – Estados Unidos se mantiveram intactas. A disposição brasileira em manter aberto um canal para renegociação da dívida também foi fundamental para isso, além da justificativa apresentada pelo país. A decisão foi mais econômica do que política e se explica pela queda crescente no volume de exportações brasileiro desde 1928, que culminou com a ruptura no equilíbrio da balança comercial em 1937, inviabilizando o pagamento.

Outros dois acontecimentos importantes tiveram contribuição e também indicaram que a diplomacia norte-americana gozava de maior prestígio que a alemã junto ao Brasil: a crise diplomática entre o Rio de Janeiro e Berlim, em 1938 e a Missão Aranha, em 1939 (Idem).

As medidas de assimilação e nacionalização implantadas pelo novo regime desagradavam Berlim por atingirem especialmente as colônias de origem alemã. A medida que mais incomodava era a proibição dos partidos políticos, que acabou com as atividades do Partido Nacional Socialista Alemão (NSDAP) no país. O Embaixador alemão no Brasil, Karl Ritter, adota uma posição vigorosa contra a nova legislação e inicia uma longa série de protestos junto ao governo brasileiro. Vargas concede audiência em que o Embaixador condiciona as relações econômicas e comerciais entre os dois países à resolução de forma positiva da questão do NSDAP. São três os pontos cruciais da preocupação alemã: a situação

⁴ Em 1936, o governo japonês assinou com a Alemanha o Pacto Anti-Komintern (anticomunista) com o objetivo de combater o comunismo que ganha impulso internacional e tinha na URSS a principal liderança. A princípio entre japoneses e alemães, posteriormente, foi aderido por Espanha, Hungria e Itália e significou a constituição prévia do bloco fascista.

dos cidadãos do Reich e membros do partido, a situação dos germano-brasileiros e a questão das escolas alemãs. Também é ponto de discussão as manifestações anti-germânicas presentes na imprensa brasileira (Seitenfus, 1982).

As promessas de negociação feitas pelo Presidente não resultam em nenhum efeito prático e Ritter busca elementos que expliquem a atitude brasileira. Apesar de reconhecer no próprio Presidente e de alguns militares e ministros influentes a simpatia pelo elemento alemão, encontra-se cético quanto a uma solução positiva ao impasse. Após farta correspondência e nova audiência do Embaixador com autoridades brasileiras – desta vez com o Ministro das Relações Exteriores Osvaldo Aranha – as relações bilaterais encaminham-se para uma irreversível deterioração. Tendo visto frustrada sua manobra para substituição do Embaixador alemão sem que o Brasil precisasse se pronunciar oficialmente, Aranha toma uma medida drástica para impedir o retorno de Ritter ao declará-lo *persona non grata*⁵. Berlim recebe muito mal a atitude brasileira e em represália também solicita a remoção imediata do Embaixador brasileiro no Reich. A partir de outubro de 1938, portanto, a crise germano-brasileira atinge seu ponto máximo e os dois países não têm mais encarregados de negócios defendendo seus interesses (Idem). A situação diplomática só irá se normalizar em junho de 1939, com a nova troca de embaixadores.

A Missão Aranha ocorreu entre fevereiro e março de 1939, já em uma conjuntura de eminência da guerra e estimulada pela preocupação norte-americana com o crescimento das relações comerciais entre Brasil e Alemanha⁶. A política comercial brasileira foi bastante pendular no período, voltando-se ora para a Alemanha, ora para os EUA. Entre 1934-1938 a presença dos EUA no Brasil foi

⁵ A expressão (do [Latim](#), no plural: *personae non gratae*), cujo significado literal é "pessoa não bem vinda", é um termo utilizado em [diplomacia](#) com significado especializado e juridicamente definido. Segundo a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (1965), no seu Artigo 9º; §1: O Estado acreditado poderá a qualquer momento, e sem ser obrigado a justificar a sua decisão, notificar ao Estado acreditante que o Chefe da Missão ou qualquer membro do pessoal diplomático da Missão é *persona non grata* ou que outro membro do pessoal da missão não é aceitável.

⁶ A apreensão norte-americana encontrava respaldo nos números do comércio brasileiro. A Alemanha, que em 1932 participava com um percentual de 9% nas importações do Brasil, saltou para 23,5%, 23,9% e 25%, respectivamente em 1936, 1937 e 1938. Os Estados Unidos, que em 1932 detinham a cifra de 30,2% das importações brasileiras, caíram para 22,1%, 23% e 24,2%, também respectivamente. Quanto às exportações, os Estados Unidos, que compravam 45,8% dos produtos brasileiros em 1932, em 1938 compraram apenas 34,3%, enquanto a Alemanha, que em 1932 recebia 8,9% dos produtos, em 1938 passou a receber 19,1%. (Cervo; Bueno, 1992, p. 232).

ameaçada pela alemã, chegando a ser superada em 1936, 1937 e 1938, apesar do Tratado assinado com os EUA em 1935, baseado na cláusula da “Nação mais favorecida”⁷. Já com a Alemanha, o Brasil estabeleceu relações baseadas no “comércio compensado”⁸. Desta forma, o país recorria a duas modalidades de comércio que, em tese, se excluíam, evidenciando a ambigüidade de sua política comercial (Cervo; Bueno, 1992).

Não por acaso, as conversações entre Osvaldo Aranha e o próprio Presidente Roosevelt (ocorridas em duas situações, em 12 de fevereiro e 8 de março) versaram fundamentalmente “sobre a conjuntura internacional, em particular acerca das conseqüências de um provável conflito na Europa”. O Brasil foi alertado para o perigo de uma maior aproximação com a Alemanha e declarou sua disposição em colaborar com as ações norte-americanas visando à paz, ressaltando, porém, que para tanto seria necessário o nosso “equipamento econômico e militar”. (Corsi, 2000, p. 115).

Entretanto, as pretensões brasileiras de financiamento do desenvolvimento com capital norte-americano não foram contempladas, pois o governo dos EUA não estava muito interessado na industrialização brasileira, por entender esta economia como complementar a sua. Assim, os resultados da Missão foram bastante inferiores àqueles almejados, encontrando repercussão interna muito negativa, especialmente entre os militares, opositores diretos de Aranha. Porém, foi na área militar o maior ganho da Missão, ao iniciar o movimento de aproximação entre os dois Exércitos (Corsi, 2000).

Para Cervo e Bueno (1992, p. 226), o Ministro Osvaldo Aranha “foi uma espécie de contra-peso no governo em relação aos elementos simpatizantes das potências do Eixo”. Estes “elementos” encontravam-se principalmente na cúpula do exército brasileiro e possuíam forte papel no governo através do Chefe do Estado Maior do Exército, General Góis Monteiro e do Ministro da Guerra, General

⁷ A Cláusula da Nação mais Favorecida “determina que um produto transacionado no mercado internacional por um país com qualquer outro deveria ter as mesmas taxas de importação praticadas em relação a outros países. Ou seja, deveriam ser aplicados os mesmos direitos aduaneiros (tarifas de importação) a todos os seus parceiros comerciais, com base na menor tarifa praticada.” (DEPONTI, 2000).

⁸ Esta modalidade de comércio consiste em um “sistema em que importações e exportações eram feitas à base de troca de mercadorias, cujos valores eram contabilizados nas ‘caixas de compensação’ de cada país”. (CERVO; BUENO, 1992, p. 233).

Dutra. O primeiro, um dos articuladores do golpe do Estado Novo, defendia a atuação política do Exército dentro de um Estado nos moldes dos regimes autoritários europeus, sendo, portanto, apoiador da aproximação do Brasil com o Eixo. Dutra comungava das idéias de Góis Monteiro, tendo sido seu colega na Escola Superior de Guerra e foi, inclusive, nomeado por sua indicação ao Ministério (Pinto, 1999).

Tendo na cúpula do governo duas facções diametralmente opostas em suas posições, o Presidente Vargas precisou atuar de forma a manter o equilíbrio na atuação internacional do Brasil. Porém, a própria nomeação de Aranha, antes Embaixador em Washington, para o cargo de Ministro das Relações Exteriores já demonstra um certo pendor da política externa brasileira para o alinhamento aos EUA, desafiando as suposições acerca das afinidades com o nazi-fascismo.

A guerra e a pressão pelo alinhamento

Moura (1980) avalia que a Missão Aranha constituiu-se no primeiro momento de inflexão na equidistância pragmática sustentada pelo governo brasileiro, marcando o início do seu fim em 1939. O Brasil, alçado pelo início da guerra a ator muito importante para os EUA na sua estratégia de afirmação de poder na América Latina, parte de um plano global de afirmação de sua hegemonia, via neste novo papel possibilidades interessantes. Mas também passa a sofrer as pressões decorrentes de sua posição. O governo norte-americano lança-se então em uma ofensiva em duas frentes: ideológica e política.

A ofensiva ideológica se dava por meio da propagação do pan-americanismo. O elemento justificador do pan-americanismo era a solidariedade continental, apoiada no repúdio ao intervencionismo como forma de resolução de conflitos entre os Estados americanos. O sistema de poder idealizado pelos EUA era de cunho internacionalista e pregava o alcance de um objetivo maior: a defesa hemisférica contra um inimigo comum. Neste sentido, as conferências pan-americanas adquiriram importância capital para assegurar a hegemonia norte-americana (Moura, 1980).

Já na Conferência de Buenos Aires, a primeira delas, ocorrida em dezembro de 1936, os EUA conseguiram aprovar sua proposta de criação de um mecanismo

de consulta entre os países para agir rapidamente em situações de crise e de estabelecimento do princípio segundo o qual a ameaça à segurança de qualquer país do continente é considerada uma ameaça a todos os países. Na Conferência de Lima, em novembro de 1938, os EUA não foram tão bem sucedidos, pois encontraram forte oposição da Argentina para aprovar o estabelecimento de um pacto de segurança continental. A I Reunião de Consultas do Panamá reuniu-se em função da deflagração da guerra (em setembro de 1939). Decidiu, então, pela neutralidade do continente e estabeleceu o princípio da neutralidade do mar territorial para afastar as possibilidades de guerra no seu litoral. A Conferência de Havana, em julho de 1940, representou novo avanço dos EUA ao ir além da neutralidade formal. A decisão aprovada dava conta de que qualquer tentativa de um Estado não-americano contra a integridade ou inviolabilidade do território, soberania ou independência política de um Estado americano, seria considerada ato de agressão contra todos os demais Estados (Moura, 1980).

A ofensiva política dos Estados Unidos buscava a integração econômica dos seus aliados, revestindo-se de política de cooperação econômica, consonante com os moldes do pan-americanismo. No caso das negociações sobre a implantação da siderurgia, fica evidente a visão norte-americana de concorrer para que as economias dos países latino-americanos funcionassem de forma complementar a sua. Esta ofensiva se dava ainda buscando a integração dos países à estratégia de Roosevelt para enfrentar o Eixo. Esta não representava apenas o rompimento das relações com Alemanha, Itália e Japão, mas a cessão de bases militares e o fornecimento de matérias-primas estratégicas para a indústria de guerra (Moura, 2000).

A atuação cada vez mais contundente dos EUA para a obtenção do apoio brasileiro preocupa Vargas, que em 25 de julho de 1940 registra no diário: “recebi o general Góis, que me informou das prementes *démarches* do comandante Miller, chefe da Missão Militar Americana, para a sua ida aos Estados Unidos e para que o Brasil se defina na questão da guerra.” A viagem era um reflexo direto da Missão Aranha e a conclusão é clara: “este país prepara-se para entrar na guerra contra a Alemanha e quer que o Brasil o acompanhe” (Vargas; Peixoto, 1995, p. 333). Passado quase um ano, as investidas norte-americanas tornem-se mais explícitas,

conforme nota do dia 12 de julho de 1941: “recebi depois o embaixador americano, que me entregou uma curiosa mensagem do Presidente Roosevelt, que era no fundo um convite de colaboração para a guerra contra a Alemanha.” Fiel a sua decisão pela indefinição o Presidente declara: “prometi estudar o documento para depois responder” (Idem, p. 406).

A apresentação de planos concretos para o Brasil no cenário da guerra se torna constante e mostra que a hora da definição brasileira não demoraria a chegar. Em 14 de agosto de 1941 o Presidente diz que “o ministro da Guerra falou-me sobre a cooperação norte-americana e os planos que alimentaram de ocupação do nosso território” (Idem, p. 415). Pouco depois, em 13 de novembro, falava de uma “proposta do governo americano para nomear uma comissão mista permanente americano-brasileira de oficiais do Exército, Marinha e Aviação para atender às necessidades do Nordeste com referência à defesa do hemisfério” (Idem, p. 435). A proposta seria efetivada em 1942, através da assinatura de um Convênio político-militar entre os dois países.

Na realidade, as negociações entre os países vinham se desenrolando há algum tempo, aproveitando-se também da queda da participação da Alemanha nas relações comerciais brasileiras desde o início da guerra e da incapacidade deste país em investir na siderurgia brasileira, por causa da guerra, conforme os planos do governo Vargas. Como já foi mencionado, a questão siderúrgica era fundamental na definição da política externa brasileira e conforme ressalta Gerson Moura:

A decisão do governo norte-americano de financiar a siderurgia, vencendo os receios de que ela pudesse funcionar como um *boomerang* nacionalista, deu-lhe um trunfo precioso na conquista do apoio brasileiro. O governo Vargas já não podia mover-se no plano político internacional sem levar em conta este fato novo. Mas, ao mesmo tempo, ficava ainda pendente a questão do reaparelhamento econômico e militar, elementos indispensáveis à sustentação do regime (Moura, 1980, p. 155).

Este último ponto era relevante pela resistência ao alinhamento aos EUA representada pelas Forças Armadas, para as quais o reaparelhamento militar era a maior reivindicação. Por serem um dos pilares do regime do Estado Novo, estas Forças não poderiam ser subestimadas se contrariadas. O esforço do Presidente em conciliar a tendência contrária ao alinhamento, representada pelos Ministros

do Exército e da Guerra com a ala pró-EUA, capitaneada pelo Ministro das Relações Exteriores, aparece com frequência no Diário. Os embates deram-se em diversas situações e chegaram a momentos-limite, com pedidos de demissão de ambos os lados. Em 6 de novembro de 1941, o Presidente escreve sobre o pedido de demissão do Ministro da Guerra (General Dutra), que o faz com o propósito de não criar dificuldades dadas as acusações de germanófilo que recebe: “recusei, dizendo-lhe que confiava nele e não admitia que elementos estranhos interviessem na formação do governo” (Vargas; Peixoto, 1995, p. 433). O expediente era tão recorrente que o pedido de demissão de Osvaldo Aranha, caso o Presidente não publicasse uma nota explicativa referente ao discurso do Minas Gerais, em 1940, nem sequer foi registrada no Diário.

Mas os acontecimentos não permitiriam manter-se assim por muito tempo. Em 21 de dezembro de 1941, os apontamentos de Vargas demonstram seu desagrado quanto às pressões do governo norte-americano com vistas ao alinhamento. Os benefícios econômicos desejados pelo Brasil eram condicionados à mudanças na equipe de governo. Ao que parece, também nos EUA repercutia a cisão evidente na cúpula do Estado Novo.

Para Corsi (2000, p. 193), “fechava-se de vez a possibilidade de uma política externa mais independente em relação aos blocos imperialistas em luta”. Este alinhamento aos Estados Unidos, foi, no entanto, condicionado ao auxílio econômico que assegurasse a execução de um plano de desenvolvimento interno. Este fato, para o autor, representa “um forte indício de que a política externa expressava o projeto de desenvolvimento do Estado Novo.” Mas a idéia de que para viabilizar o desenvolvimento o alinhamento era imprescindível pode ser problematizada levando em conta a situação de Argentina e Chile. Corsi conclui que:

parece que Vargas viu no firme apoio às posições dos EUA a possibilidade de financiar, em grande parte, a industrialização, e talvez integrar o Brasil nas linhas de desenvolvimento da economia mundial no pós-guerra em condições mais vantajosas, além de fortalecê-lo diante da Argentina (Idem, 1993).

Um projeto de desenvolvimento para o Brasil

A questão siderúrgica tem papel de relevo na formulação da política externa por ser um dos pilares do projeto de desenvolvimento estadonovista e ilustra bem a estratégia brasileira de aproveitar o embate entre os dois blocos na eminência da guerra para obter os melhores resultados econômicos. A busca por capitais externos para investir no setor leva o Brasil a negociar com EUA e Alemanha, oscilando entre as conversações com a U.S. Steel Co. e a Krupp (Corsi, 2000).

Para os Estados Unidos, a ameaça de maior aproximação brasileira com a Alemanha significava a perda de uma importante área de influência na América Latina, tradicionalmente considerada uma “extensão” de seu próprio território, especialmente a partir da doutrina da “política da boa vizinhança”. Além disso, a posição estratégica do nordeste do Brasil ganhava ainda mais relevância no contexto de uma possível guerra. Com a nova política, então, Roosevelt procurava garantir a proeminência na região, a partir do consentimento e da colaboração ao invés da antiga política do “big stick” (Idem).

A política externa brasileira foi influenciada pela conjuntura internacional, marcada pelo embate entre Estados Unidos e Alemanha, além da rivalidade com a Argentina, que vinha rearmando suas Forças Armadas e tentava ampliar sua influência sobre os países vizinhos. Assim, tendo em vista o atraso econômico, a instabilidade política e a debilidade das Forças Armadas, começa a tomar corpo no Brasil a ideia de que a capacidade de desenvolver indústrias estava diretamente ligada à independência nacional. Idéia para a qual o contexto mundial marcado pelo nacionalismo também contribuiu. É bem possível, portanto, que o governo Vargas tenha feito esse diagnóstico da conjuntura doméstica e externa e tenha começado a repensar tanto sua política externa, quanto seu plano de desenvolvimento. A industrialização torna-se uma preocupação cada vez maior, inclusive porque era parte indispensável no plano de transformação do Brasil em potência regional.

Os setores militares também nutriam aspirações de ver o Brasil figurando entre as potências regionais, embora não simpatizassem com a idéia de uma aliança com os Estados Unidos para isso, e, também para eles, a industrialização era o primeiro e mais importante passo a ser dado. A siderurgia em particular era

importante por permitir que o país produzisse armamentos e fortalecesse sua economia, itens considerados básicos para a independência nacional. Assim, uma importante mudança de “mentalidade” se instala, onde o desenvolvimento aparece como necessidade para o fortalecimento do país e encontra eco tanto entre setores do Estado e da burocracia, quanto entre lideranças importantes da burguesia industrial. O Brasil definitivamente passava pelo processo de deixar de ser uma sociedade essencialmente rural e agrária para se tornar uma sociedade urbana e industrial.

A crise de 1929 havia afetado as economias mundo afora e no Brasil serviu para deixar evidente a sua vulnerabilidade, o que não impediu o início do processo de industrialização em 1933, tendo o setor de bens de produção liderado o crescimento econômico – crescimento da produção da ordem de 11,2% entre 1933 e 1939, enquanto a agricultura cresceu 2% no mesmo período. (Villela; Suzigan, 1973 *apud* Corsi, 2000, p. 57). Assim, a necessidade de ampliação da infraestrutura e oferta de bens intermediários e capital era urgente, sob pena de estancar o processo de crescimento, sugerindo que a política econômica adotada deveria acompanhar as mudanças que se processavam. Vargas parece ter percebido a situação e passa a apostar cada vez mais no programa de industrialização, talvez antevendo os frutos políticos que isso podia acarretar para ele mesmo, como a sua permanência no poder, por exemplo (Corsi, 2000). O desenvolvimento passa então a ser o principal ponto do discurso econômico e político do governo.

Ao mesmo tempo em que se opera tal processo, a política externa brasileira procura atuar de forma mais independente e aproveita o acirramento dos conflitos internacionais. Conforme já mencionado, o aumento das relações comerciais Brasil – Alemanha preocupa os Estados Unidos e aumenta as possibilidades de negociação do Brasil. Tanto que nem a moratória da dívida externa abalou as relações com os norte-americanos que, embora tendo respaldo legal para tanto, não lançaram mão de retaliações. Para Corsi (2000, p.70) a atitude com relação à dívida, as mudanças no câmbio e a tentativa de uma política comercial mais independente são reflexos do amadurecimento de um projeto nacional de desenvolvimento já no início do Estado Novo. Nesse projeto a implantação da

moderna siderurgia significava o ponto crucial do desenvolvimento e da segurança nacional. A questão siderúrgica foi amplamente discutida entre 1938 e 1939, especialmente no Conselho Federal de Comércio Exterior, no Conselho Técnico de Economia e Finanças e no Conselho de Segurança Nacional, demonstrando a relevância de que se revestia e de como se solidificava a noção de que a ação efetiva do Estado era necessária no estímulo e criação de condições para o desenvolvimento industrial.

O projeto nacional de desenvolvimento ganhava cada vez mais espaço no discurso governamental, tendo sido utilizado inclusive como argumento para o golpe de 1937, já que, na visão de Vargas, a Constituição de 1934 não seria adequada por não fornecer ao Estado os poderes e recursos considerados necessários. Para ele, um Estado forte e centralizado, desenvolvimento e unidade nacional estariam juntos.

Se existem nesse momento importantes evidências da existência de um projeto nacional de desenvolvimento, resta ainda a resposta a uma questão crucial: como financiar esse projeto, fomentar o desenvolvimento autônomo e modernizar as Forças Armadas? Em um primeiro momento o governo parece acreditar na possibilidade de financiamento com capital nacional e uma série de medidas são tomadas nesse sentido. O governo tenta viabilizar um esquema de financiamento tanto público quanto privado, criando a carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREA), flexibilizando a legislação referente à aplicação de recursos dos Institutos de Aposentadorias e criando o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional (PEOPADN). Porém, os obstáculos mostraram-se maiores, como a falta de linhas de financiamento nos bancos nacionais e sua abrangência apenas regional, além do pequeno porte e status familiar da maioria das empresas brasileiras e o baixo volume de ações negociadas nas bolsas. E apesar do discurso nacionalista, medidas nacionalistas efetivas não foram tomadas e o governo adotava uma postura ambígua, pois continuava considerando que o capital estrangeiro era mesmo essencial (Corsi, 2000).

A questão é que conseguir financiamento externo e importar tecnologia implicava em acordos e alinhamentos políticos e uma das preocupações fundamentais na política externa de Vargas era o estabelecimento de um novo tipo

de relacionamento, onde o Brasil permanecesse no controle das decisões econômicas. O capital estrangeiro seria bem-vindo desde que acatasse as leis nacionais e contribuísse para os eu desenvolvimento. Para conseguir este intento o Brasil foi bastante favorecido pela conjuntura internacional e teve certa margem de manobra, apesar do governo ter ainda que lidar com as cisões internas. Os setores militares, especialmente, pressionavam pela modernização das Forças Armadas e demonstravam-se altamente favoráveis à realização de acordos com a Alemanha, enquanto o Ministro das Relações Exteriores advogava pela aliança com os norte-americanos. A situação era complexa: por um lado a Alemanha passou a realizar ofertas de máquinas, equipamentos e armas que seriam trocadas por matéria-prima através do comércio compensado, além de acenar com a possibilidade de garantir tecnologia e bens de produção para a industrialização brasileira. De outro, os Estados Unidos buscavam consolidar sua influência no Brasil mediante a defesa dos ideais do pan-americanismo, que continha um plano econômico, porém não pareciam estar dispostos a financiar a siderurgia (Corsi, 2000, p.89). Entretanto, com o início da guerra o Brasil foi instado a articular-se e tomar partido em um dos blocos, decisão que o Presidente Vargas conseguiu habilmente protelar enquanto foi possível.

A questão siderúrgica

Até que a decisão fosse tomada, a questão siderúrgica esteve no topo da agenda de negociações do Brasil. A questão passou a ser debatida no Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), no Conselho de Economia e Finanças (CTEF) e no Conselho de Segurança Nacional (CSN). Mas, os projetos acabavam invariavelmente arquivados, seja pela inexecuibilidade ou pela inviabilidade a curto prazo, sendo que além dos problemas técnicos estava a crucial questão do financiamento. Paralelamente, o governo intensificava seu contato com empresas estrangeiras, particularmente com o governo norte-americano, mas também se estendia aos países europeus, em especial a Alemanha. Assim, a questão siderúrgica estava irremediavelmente imbricada nas luta entre os blocos do Eixo e dos Aliados e representava uma peça importante no tabuleiro em que o Brasil se encontrava.

Apesar das boas perspectivas abertas pela Missão Aranha, o contato com a *US Steel Co.* era uma delas, as promessas de financiamento eram ainda genéricas. Mas Vargas resolve apostar nesta possibilidade e envia Macedo Soares (ex-Ministro das Relações Exteriores) em viagem aos Estados Unidos para dar continuidade aos contatos feitos por Osvaldo Aranha. As negociações com a *US Steel Co.* pareceram ir bem. Macedo fez o esboço de um projeto de usina siderúrgica em associação com a empresa, que não a agradou, possivelmente por querer o controle total do empreendimento. Uma comissão da *US Steel* deveria vir ao Brasil para avaliar a viabilidade técnica e comercial do projeto. Os trabalhos da comissão duraram de junho a outubro de 1939 e em julho foi criada a Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico Nacional, chefiada por Macedo, que trabalhava em conjunto com a comissão norte-americana. O relatório final, realizado pelas duas comissões, defendia a viabilidade de construção de uma usina siderúrgica capaz de produzir cerca de 280mil toneladas de aço por ano, com capital da ordem de 3,5 milhões de dólares, sendo que seria necessário empréstimo de 20 milhões para importação de máquinas e equipamentos (Silva, 1972, p.129-133 *apud* Corsi, 2001, p.146).

O governo brasileiro anunciou publicamente seu apoio ao projeto em fins de dezembro, mas ainda havia um obstáculo no caminho. O anúncio ocorreu enquanto nos Estados Unidos a empresa ainda estava discutindo o projeto e em reunião com representantes brasileiros foi feito o comunicado de que a aprovação estava limitada aos aspectos técnicos, agora restava a decisão sobre o financiamento e o grau de participação da empresa na usina, obviamente os assuntos mais delicados para o Brasil. A partir daí, o retrocesso nas negociações começa a ficar evidente, com reuniões sendo adiadas algumas vezes. O comitê financeiro da empresa demonstra problemas para concretização do negócio e a questão da suspensão do pagamento da dívida externa pesa negativamente contra o Brasil. Apesar da estranheza causada por este tema aparecer em estágio tão avançado da negociação e, mais ainda, por estar sendo discutido em outras instâncias, o Brasil ainda tem esperanças na concretização do negócio. Porém, em 16 de janeiro de 1940 a *US Steel Co.* manifesta seu desinteresse na participação na siderurgia no país, alegando problemas financeiros na empresa. Essa escusa pode ter tido bases reais, mas além

disso pode ter pesado a falta de apoio creditício do governo Roosevelt, não muito interessado na industrialização de um país latino, além de desconfianças quanto ao novo regime implantado no Brasil, com claras aspirações nacionalistas (Corsi, 2001).

A partir da desistência da *US Steel* abre-se um novo capítulo para a questão siderúrgica, fortalecendo a idéia de que o governo deveria organizar sozinho a construção da usina, contando apenas com ajuda financeira e tecnológica do exterior. Já que os problemas técnicos haviam sido resolvidos pela comissão conjunta da empresa americana e do governo brasileiro, restava organizar uma empresa nacional de capital misto para financiar o projeto. Enquanto eram tomadas providências para tal, Macedo Soares foi incumbido por Vargas da negociação com o *Export and Import Bank* de um empréstimo da ordem de 17 milhões de dólares para importação de máquinas e equipamentos. O governo dos Estados Unidos reafirmou sua disposição em colaborar, ressaltando que a desistência da *US Steel* não representava o fim da possibilidade de cooperação com o país, sugerindo, inclusive que novas empresas fossem contactadas. Uma empresa, a Ford, Bacon & Davis, de fato interessou-se pelo projeto, o que fez com que o governo norte-americano solicitasse que o Brasil aguardasse o desenrolar da negociação com esse parceiro potencial antes de efetivar a criação de uma empresa brasileira, como estava previsto (Idem).

Ao que parece, os Estados Unidos não estavam realmente interessados na industrialização brasileira, talvez efetivamente nem a quisessem, mas estavam usando táticas de protelação pra tomar uma decisão final, visto que com o desenrolar da guerra o país torna-se mais importante geopoliticamente. Assim, a posição oficial era a de que os EUA continuavam a buscar empresas parceiras para o projeto brasileiro, o que diminuía as chances de conseguir o financiamento para a empresa mista que Vargas queria criar. Em paralelo, porém, continuavam os contatos com empresas européias e a Brasset, a Demag, a Werner-Green, a Arthur G. Mackee e a Krupp apresentaram projetos ou foram convidadas a fazê-lo. Para os alemães, a retomada dos contatos com a Krupp representava a possibilidade de ganhar terreno no Brasil, mas, de fato, antes do término da guerra o país não tinha condições de realizar alguma ação concreta. Conforme Tronca (1986, p.355)

esclarece: “o fato de a Alemanha estar inteiramente concentrada no esforço de guerra, tornava a cooperação praticamente impossível. Para o Reich, tratava-se de continuar a negociar com o governo brasileiro apenas para ganhar tempo”. Mas, ao que tudo indica nem o governo brasileiro nem o norte-americano tinham conhecimento desta situação.

De fato, Vargas usou estas negociações para pressionar os Estados Unidos, mas Roosevelt não se deixou impressionar muito e apenas continuava a reafirmar seu interesse no projeto siderúrgico, sem maiores definições. É somente em fins de maio que, com a situação se deteriorando na Europa, bem como os boatos de um golpe pró-fascista na Argentina, que a disposição americana parece começar a mudar.

Houve ainda um episódio de grande repercussão no período, que abalou a imagem de neutralidade a qual o Brasil vinha buscando se vincular: o discurso de Vargas comemorativo ao 11 de junho⁹ à bordo do encouraçado Minas Gerais, no Arsenal da Marinha, em 1940. O discurso foi feito no momento da queda da França, quando as forças do Reich pareciam mais fortes e a expectativa era de que o Brasil ficaria ao lado do Eixo (Carone, 1976).

Seintenfus (1982) ainda aponta que:

quando se analisa as tomadas de posição favoráveis o Eixo defendidas por Góis Monteiro [...] é difícil admitir que ele não estivesse envolvido na redação do discurso [...] De qualquer maneira, ainda que Vargas seja o único responsável [...] é evidente que a escolha do momento e sobretudo de seus ouvintes não é devida ao acaso (p.308)

No discurso, Vargas faz uma análise da situação mundial ao afirmar: “atravessamos, nós, a Humanidade inteira transpõe, um momento histórico de graves repercussões, resultante de rápida e violenta mutação de valores.” Na sua avaliação: “marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social, ou política, e sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio.” Também ressalta que esta nova etapa será conquistada por cada povo, uma vez que “os povos vigorosos, aptos à vida, necessitam seguir rumo das suas aspirações, em vez de se deterem na

⁹ A comemoração se dá pela vitória da Batalha do Riachuelo, na Guerra do Paraguai, em 11 de junho de 1877.

contemplação do que se desmorona e tomba em ruína.” E ainda completa, que “é preciso, portanto, compreender a nossa época e remover o entulho das idéias mortas e dos ideais estéreis” (Seitenfus, 1982).

O discurso tem grande repercussão tanto internamente, quanto no exterior, gerando manifestações de satisfação e mal-estar e dividindo opiniões. No Brasil, a reação mais significativa foi do Ministro Aranha, que aconselha Vargas a publicar uma declaração explicando as verdadeiras razões que o levaram a fazer o discurso, em uma tentativa de minimizar o choque causado pelo pronunciamento em Washington. O próprio Presidente (Vargas; Peixoto, 1995, p. 319) aponta em seu diário no dia 11 de junho que “o discurso que pronunciei teve muita repercussão, produzindo alguma surpresa pelo tom, julgado muito forte e, por outros, tido, insensatamente, como germanófilo”. No dia 12 ele reitera: “fervem os comentários em torno do discurso do dia 11: os alemães embandeiraram, os ingleses atacaram, os americanos manifestaram-se consternados. Internamente, acusam-me de germanófilo” e conclui: “vou publicar uma nota explicativa.”

Os resultados do discurso vieram rapidamente: em 13 de junho o Secretário de Estado norte-americano C. Hull afirma para a imprensa que não haveria mudanças na colaboração militar e econômica já existente com o Brasil e logo em seguida as negociações sobre a siderurgia são retomadas com base na proposta brasileira. Uma comissão foi enviada a Washington, onde foram acertados os detalhes finais para liberação do empréstimo para construção da usina de Volta Redonda. Em janeiro de 1941 foi aprovado o plano de construção. De todo o processo, fica evidente que a liberação do financiamento ocorreu por motivos políticos, qual seja, a manutenção da influência dos Estados Unidos sobre o Brasil, parte de um plano maior de proeminência na América Latina. Com a entrada dos EUA na guerra, o processo de alinhamento se intensificou e ficou consolidado com o efetivo envio dos equipamentos militares e bens de capital. Para o Estado Novo, Volta Redonda significou o símbolo de uma nova era de modernização empreendida pelo regime, além do definitivo afastamento de um projeto de desenvolvimento baseado no capital nacional.

Considerações finais

A política externa brasileira no período do Estado Novo caracterizou-se pela forte influência da situação interna do país, atuando de forma complementar. A postura de “equidistância pragmática” adotada refletia uma nítida intenção de auferir os melhores resultados econômicos possíveis do embate estabelecido entre dois blocos de poder, representados por Alemanha e Estados Unidos. Todo o processo de tomada de decisão pelo abandono da neutralidade dá fundamentos para que se acredite no uso da política externa como um instrumento para viabilizar um projeto de desenvolvimento nacional, que tinha a industrialização na sua espinha dorsal. Por sua vez, este projeto de desenvolvimento era uma das bases do regime estadonovista, na busca de novas feições para a economia brasileira. Assim, a concretização da implantação da siderurgia no país só foi possível pela atuação externa do Brasil, que soube unir seus anseios por desenvolvimento às boas perspectivas abertas pela conjuntura internacional, a despeito de qualquer suposta identificação ideológica.

Não é possível, no entanto, afirmar categoricamente se o Brasil atuou como sujeito ou objeto da sua própria atuação internacional no período, uma vez que a ação política, especialmente em âmbito internacional, não é passível de ser enquadrada em modelos tão rígidos. É evidente que os Estados Unidos tinham um projeto de consolidação de poder a longo prazo, onde a América Latina e, principalmente, o Brasil tinham papel destacado. Este fato promoveu uma série de concessões do governo Roosevelt para o país e até permitiu que fossem aceitos determinados comportamentos do Brasil, como o comércio compensado com a Alemanha, por exemplo. Mas não se pode deixar de reconhecer que o governo Vargas soube utilizar o seu posicionamento privilegiado na situação internacional para colher bons frutos, ao levar até o último instante possível a sua opção pela indefinição.

Os ganhos materiais desta postura foram mais palpáveis nas Forças Armadas, as quais receberam equipamentos e treinamento, modernizando-se. Também a nascente indústria brasileira foi beneficiada pela implantação da siderurgia no país. Já no plano político, os benefícios não foram aqueles almejados. O Brasil não foi alçado ao patamar de ator geopolítico tão relevante quanto

esperado. Mesmo seu relacionamento com os Estados Unidos não configurou-se como uma parceria privilegiada, capaz de trazer o capital necessário para financiar o desenvolvimento brasileiro, conforme o governo e parte do empresariado acreditou.

Por fim, a questão que permeou todo o período estudado e teve papel relevante na tomada de posição brasileira perante o conflito mundial foi o embate ideológico e a cisão gerada por este dentro do Estado Novo. As tendências pró-Eixo, representada pelos Generais Dutra e Góis Monteiro, bem como a pró-EUA, encabeçada por Osvaldo Aranha, todos membros do alto escalão do governo, suscitaram conflitos, divisões e composições, sem as quais não se pode compreender a postura internacional adotada pelo país.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *O Brasil e a segunda Guerra mundial*. Vol. I e II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

BURNS, E. Bradford. *A aliança não escrita: O Barão do Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC Ed., 2003.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. Parte IV, Cap. 9, p. 167-178.

CARONE, Edgard. *A terceira república: 1937-1945*. São Paulo: Difel, 1976.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

CORSI, Francisco Luiz. *Estado novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: UNESP, FAPESP, 2000.

DEPONTI, Cidonea Machado. A cúpula do rio e a rodada do milênio da OMC como baliza das relações econômicas Internacionais. *Economia e Desenvolvimento*, nº11, março/2000. Disponível em:
http://coralx.ufsm.br/eed/d6_6%BAArt%20Cidonea.PDF Acesso em: 8 ago. 2006.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra . Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930. *Revista de Economia Política*, vol. 23, nº 1 (89), janeiro-março/2003.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32ª ed. SP: Companhia Editora Nacional, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

IGLESIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MANDEL, Ernest. *O significado da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MENDES, Rogério Baptistini. Getúlio Vargas e o desenvolvimento nacional. *Perspectivas*, São Paulo, 27: 123-134, 2005.

MESPLÉ, Antônio de Moraes. A política externa brasileira numa era de conflito pela hegemonia mundial (1935-1942). In: DANESE, Sérgio França; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (Brasil). (Org.). *Ensaio de história diplomática do Brasil: (1930-1986)*. Cadernos do IPRI nº 2. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro:Zahar Ed., 1982. p. 7-13.

PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 9-14.

PINTO, Sérgio Murillo. A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. Parte VI, Cap. 15, p. 291-308.

SEITENFUS, Ricardo Antônio da Silva. *O Brasil de Getúlio e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

SILVA, Ricardo Virgolino da. *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Chapecó: ARGOS, 2004.

TRONCA, I. O exército e a industrialização; entre as armas e Volta Redonda (1930-1942). In: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil republicano. Sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1986.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Vol. 6. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1938.

VARGAS, Getúlio; PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas: Diário*. V. 2. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A 2ª guerra mundial 1931-45: a grande crise e as relações internacionais*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

Resumo

O objetivo do artigo é demonstrar que a política externa pode atuar como instrumento de promoção do desenvolvimento nacional, conforme foi o caso da implantação da indústria siderúrgica no Brasil. O período histórico selecionado é o do Estado Novo por apresentar as características mais marcantes do uso da política externa como ferramenta auxiliar da política doméstica. A postura de “equidistância pragmática” adotada refletia uma nítida intenção de auferir os melhores resultados econômicos possíveis do embate estabelecido entre dois blocos de poder, representados por Alemanha e Estados Unidos. Não é possível, no entanto, afirmar categoricamente se o Brasil atuou como sujeito ou objeto da sua própria atuação internacional no período.

Palavras-chave: *política externa; desenvolvimento; siderurgia; Brasil; Estado Novo*

Abstract

The aim of this paper is to demonstrate that foreign policy can act as an instrument for promoting national development, as was the case of deployment in the steel industry in Brazil. The choice of the period known as Estado Novo is justified because it presents the most striking features of the use of foreign aid as a tool of domestic politics. The adoption of the "pragmatic equidistance" attitude reflected a clear intention of obtaining the best economic results possible of the battle drawn between two power blocs, represented by Germany and the United States. It is not possible, however, to state categorically whether if Brazil has acted as subject or object of its own international operations in the period.

Keywords: *foreign policy; development; steel industry; Brazil; Estado Novo*